João Luís Soares Paulo.
Liliana d'Ascenção Camacho Guerra Malato Quenino.
Malvina da Boanova Rosado Calado.
Manuela Alexandra Rodrigues Pinto.
Maria Catarina Piteira Tereso.
Maria da Conceição Figueira Melro.
Maria de Fátima Carvalho Penedo Martins Efigénio Marujo.
Maria Dolores Mayorga Huertas.
Maria Isilda Silva Simões.
Maria João Valido Godinho Queimado.
Maria José Liaça Vieira e Silva.
Maria Lucília Paulo Peixão Arnaud.
Marília da Conceição Moura Mira.
Marta Sofia Salvador Perico Piteira Félix.
Patrícia Isabel Ruivo de Freitas.
Paula Alexandra Alves Pimpão.
Paula Alexandra Raposo Leal.
Paula Cristina Jeremias Curado.
Pedro Miguel Ramos Figueiras.
Pedro Rodrigo Saraiva Gato.
Ricardo Nuno Martinho Alves Jorge.
Rita Cocharra Cuvelier Guerra.
Rita Maria Saraiva Gato Cancela.
Rute Isabel Cotovio Miguel.
Sílvia do Rosário Duarte.
Sofia Isabel Palma de Oliveira.
Telma Fernanda Fialho Leal.
Vanda Rute Patrício Palmeiro.
Virgínia Maria Fialho Mouzinho dos Santos.

Candidatos excluídos:

Anabela Martins Batista (a).
Dora Lisa Rosmaninho Franco Coelho (b).
Fernanda Maria Matias Prates Augusto (c).
Ilda dos Santos Dias Cabaço (c).
Juana Maria Moreno Soltero (d).
Maria de Fátima de Assis da Serra (c).
Maria Teresa Palma Lança de Lá Féria Oliveira Guégués (c).
Rui Augusto Rosado Ramos (c).
Sofia de Jesus Silva Rita (e).

(a) Não cumprimento da alínea a) do n.º 10.1 do aviso de abertura.
(b) Não cumprimento da alínea c) do n.º 10.2 do aviso de abertura.
(c) Não cumprimento da alínea f) do n.º 10.2 do aviso de abertura.
(d) Não cumprimento dos n.os 7 e 10 do aviso de abertura.
(e) Não cumprimento das alíneas b) do n.º 7.2 e f) do n.º 10.2 do aviso de abertura.

Os candidatos excluídos podem, nos termos do n.º 3 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro (com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 412/98, de 30 de Dezembro, e 411/99, de 15 de Outubro), recorrer para a entidade que autorizou a abertura do concurso no prazo de 10 dias úteis a contar da data da afixação desta lista.

23 de Maio de 2005. — A Presidente, *Maria da Graça Godinho Simões Eliseu*. — A 1.ª Vogal Efectiva, *Alexandrina Adelaide Libânio Mateus*. — A 2.ª Vogal Efectiva, *Faustina Maria Neto Galinha Caeiro*.

Administração Regional de Saúde do Centro

Sub-Região de Saúde de Coimbra

Despacho n.º 13 042/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, subdelego no adjunto da delegada de saúde do concelho de Coimbra, chefe de serviço de saúde pública Dr. Luís Fernando Lopes de Oliveira, no período de 27 de Maio a 3 de Junho de 2005, as competências que me foram subdelegadas pelo despacho n.º 18 516/2004, de 12 de Agosto, do coordenador da Sub-Região de Saúde de Coimbra, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 207, de 2 de Setembro de 2004.

19 de Maio de 2005. — A Chefe de Serviço de Saúde Pública, *Sara Neto Henriques do Nascimento*.

Direcção-Geral da Saúde

Hospital Distrital de Mirandela

Listagem n.º 139/2005. — Em cumprimento do disposto no artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, faz-se público que o Hospital Distrital de Mirandela, sito na Avenida de Nossa Senhora do Amparo, 5370-210 Mirandela, no ano de 2004, efectuou, ao abrigo do supracitado diploma legal, a seguinte adjudicação de empreitada de obras públicas:

Concepção/construção da extensão da rede de aquecimento central aos edifícios anexos (aprovisionamento, lavandaria e centrais);

Entidade adjudicatária — REDEGÁS — Projecto e Instalação de Gás, L.ª;

Forma de atribuição — ajuste directo, com consulta;

Valor (sem IVA) — € 18 000.

24 de Maio de 2005. — O Presidente do Conselho de Administração, *Jorge Eduardo Guedes Marques*.

Hospital de Nossa Senhora da Assunção — Seia

Aviso n.º 5844/2005 (2.ª série). — *Concurso interno geral de acesso para provimento de dois lugares de técnico de 1.ª classe de análises clínicas, da carreira técnica de diagnóstico e terapêutica.* — 1 — Nos termos do artigo 37.º e do n.º 2 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, faz-se público que, por despacho do conselho de administração de 29 de Março de 2005, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de acesso para provimento de dois lugares na categoria de técnico de análises clínicas de 1.ª classe, da carreira de pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica, do quadro de pessoal do Hospital de Nossa Senhora da Assunção — Seia, aprovado pela Portaria n.º 1303/93, de 27 de Dezembro, substituído pela Portaria n.º 1224/97, de 15 de Dezembro.

2 — Validade do concurso — o concurso é válido para o preenchimento dos lugares enunciados e esgota-se com o seu preenchimento.

3 — Remuneração — a remuneração é a prevista no anexo I do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, para a respectiva categoria e posição indiciária dos candidatos.

4 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelo Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, e pela Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro.

5 — Conteúdo funcional — o previsto nos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

6 — Local de trabalho — o local de trabalho será no Hospital de Nossa Senhora da Assunção — Seia.

7 — Requisitos de admissão ao concurso:

7.1 — Requisitos gerais — os constantes do n.º 2 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

7.2 — Requisitos especiais — o recrutamento para a categoria de técnico de 1.ª classe faz-se mediante concurso de avaliação curricular de entre técnicos de 2.ª classe com pelo menos três anos de serviço na categoria e avaliação de desempenho de *Satisfaz*, conforme previsto no n.º 1 artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

8 — Métodos de selecção e sistema de classificação final:

8.1 — Métodos de selecção — de acordo com o n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, e do n.º 1 do n.º 3.º da Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro, sendo utilizada a avaliação curricular, nos termos do artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, do n.º 4 do artigo 3.º e do anexo III da Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro.

8.2 — Sistema de classificação final — a classificação final será expressa na escala de 0 a 20 valores; considera-se não aprovado o candidato que obtiver classificação final inferior a 9,5 valores.

8.3 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas, nos termos legais para o efeito.

9 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido à presidente do conselho de administração do Hospital de Nossa Senhora da Assunção — Seia, sito na Rua de D. Alexandrina Soares Albergaria, sem número, 6270-498 Seia, e entregue no Serviço de Pessoal, durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido no presente aviso, ou remetido pelo correio, sob registo e com aviso